



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Indígena? Presente! Processos (Inter)culturais de apropriação territorial e (trans)formação identitária indígena em diferentes contextos temporais e espaciais

V 10 | n 19 | jul-dez 2021

Uma aproximação antropológica ingoldiana na elaboração do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha – RJ (2005 a 2007)

Pablo Regis Andrade



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Pablo Regis. Uma aproximação antropológica ingoldiana na elaboração do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha – RJ (2005 a 2007). Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 339-361, jul-dez 2021. Semestral.

© NAUI

Uma aproximação antropológica ingoldiana na elaboração do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha – RJ (2005 a 2007)

Pablo Regis Andrade¹

Resumo

O presente artigo propõe-se a estabelecer uma relação entre o estudo de Habitação de Interesse Social (HIS) aplicado para a Rocinha, Rio de Janeiro, cuja proposta foi coordenada pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo durante a elaboração do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha (2005 a 2007), e uma visão antropológica entre organismos e meio ambiente baseada em Tim Ingold, considerando a relação sistêmica e sinérgica destes no âmbito do projeto desenvolvido. Num primeiro momento, compreende-se a noção de interesse social no âmbito do Estatuto da Cidade, abordando o contraponto urbanístico que seria a Rocinha com suas autoedificações, para, então, acompanhar a metodologia adotada no referido plano diretor, pautada na participação dos moradores locais. Dentro das questões de edificação, aborda-se a adesão da qualidade arquitetônica para além de uma forma dada, eminentemente técnica, isto é, avança-se para a relação de percepção do ambiente como reconstrução de uma realidade natural (saber da arquitetura) em termos de uma metáfora da cultura (o indivíduo historicamente situado), cuja proposição final seria uma linguagem nova para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), numa revisão do trabalho da HIS rumo a uma ecologia da vida.

Palavras-chave: Ecologia da Vida; Plano Diretor Socioespacial; Rocinha; Habitação de Interesse Social

Abstract

This paper proposes to establish a relationship between the study of Social Interest Habitation (HIS) applied to Rocinha, Rio de Janeiro, coordinated by the architect Luiz Carlos Toledo,

¹ Graduado em Ciências Sociais e mestre em Sociologia (UFG); docente de Sociologia para Arquitetura e coordenador do Núcleo de Acessibilidade no Centro Universitário Católica do Tocantins. E-mail: pablo.andrade@catolica-to.edu.br.

during the elaboration of the Socio-spatial Master Plan of Rocinha (2005 to 2007), in an anthropological vision among organisms and environment in the Ingold perspective, considering the systemic relation between organisms and the environments as synergistic elements. In the first moment, the notion of social interest in the scope of the City Statute is understood, approaching an urban strategy that would be a reference with its self-definitions in Rocinha shanty town, in way of to monitor a strategy adopted in the Master Plan of local residents' participation. Within the questions of edification, one approaches the adhesion of architectural quality beyond a given form, eminently technical, that is, it advances towards the relation of perception of the environment as reconstruction of a natural reality – architecture knowledge – in terms of a metaphor for culture – the historically situated individual –, whose final proposition would be a new language for the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), in a review of HIS work toward a life ecology.

Keywords: Life ecology; Socio-spatial Master Plan; Rocinha; Social Interest Habitation.

“[...] edificar é uma atividade humana.” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 22)

O cenário habitacional em sua forma mínima e também programática

Possuir um lugar para chamar de seu é uma expressão comum entre as pessoas, independentemente do tipo de edificação, da tecnologia construtiva associada ou mesmo do dimensionamento de tais estruturas, desde que haja uma percepção dela como um pertencimento dado a partir de expectativas mínimas dos indivíduos, garantindo-lhes o que no estado democrático de direito brasileiro está expresso como direito à moradia, porém, algo ainda distante para uma parcela significativa dos cidadãos. O desejo de posse, nesse caso, está dissociado de uma efetiva disponibilidade de condições e atendimento eficiente a uma proposta de Estado no tocante à qualidade de vida constitucional.

Na medida em que no imaginário social figura uma ideia de “casa” e esta também se inscreve em programas sociais públicos, observamos um inicial questionamento do tipo de casa que a política ou a prática governamental trata perante um contexto de vulnerabilidade social. Não que essa seja a única questão que o presente texto se proponha a discutir, mas que, sim, traz à tona uma problemática pertinente ao que é significativo quando se fala de edificações.

Norbert-Schulz (1965 *apud* VOORDT; WEGEN, 2013, p. 10), em *Intentions of architecture*, compreende que a habitação é uma “combinação de ambiente social e simbolismo

cultural de edificação como ‘ambiente simbólico’”. É nessa vertente, situando-nos na elaboração do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha (2005 a 2007), na experiência de uma releitura da Habitação de Interesse Social (HIS), quando saber técnico e conhecimento/expectativa social são associados numa ecologia da vida, com formas arquitetônicas alternativas para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que analisamos o trabalho da equipe coordenada pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo.

Vê-se, de início, que a universalização do acesso à moradia tem seu valor constitucional dentro do ordenamento jurídico brasileiro, de forma a recobrir todos os cidadãos, inclusive a população de baixa renda, de modo digno e sustentável, tendo em vista princípios como inclusão social, desenvolvimento urbano e ambiental, funções sociais da propriedade urbana, cuja figuração é explícita no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), inclusive com diretrizes para o uso adequado do controle do solo.

No aspecto urbanístico, a definição da adequabilidade dos espaços não invalida a morfologia autônoma da cidade, no que se refere à informalidade de sua instalação, exceto quando se esbarra na compulsoriedade do plano diretor, que passa a referenciar as leis municipais. O Art. 41 do Estatuto da Cidade, documento que referencia a organização urbana, é exigido em municípios:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;
- VI – incluídas no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (BRASIL, 2001, n. p.).

Frente ao quadro que define as condições para a elaboração do plano diretor das cidades brasileiras e que incorpora, desde seus primeiros artigos, a concepção de interesse social de modo difuso, é apenas pelas ações voltadas para a regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas pela população de baixa renda e a construção de unidades habitacionais pelo poder público para esses cidadãos, expressas no Art. 35 da referida Lei, que o termo HIS pode ser significativo para esta pesquisa documental, e para o qual o PMCMV é criticado.

Enquanto um programa de governo promulgado na forma de Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e alterado, desde então, o PMCMV foi recebido pela sociedade como um

imperativo de atender à questão habitacional em seu déficit, quando observados dados populacionais e a quantidade de residências; texto este que ressalta a criação de “mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (Art. 1º), atendendo a famílias cujas rendas máximas foram alteradas ao longo da instituição do programa.

A concepção de unidades habitacionais sustenta o programa em sua perspectiva legal e de incentivo enquanto política pública por meio de reiteradas citações em que o termo está dissociado do processo de urbanização, inclusive pela atual supressão deste em qualquer parte do texto. Na forma textual, a aparente negligência ao processamento da espacialidade, tendo como base o todo, denota que ações de transformação do espaço urbano estão alheias à noção de cidade como símbolo, e não apenas como materiais, estruturas e intervenções de coisas não interrelacionadas.

Na visão de Lamas (2017), ao desenho do urbano cabe o profundo conhecimento de dois aspectos: morfologia urbana e forma urbana. Diferentes entre si, a primeira é compreendida como o processo de formação da cidade, que é histórico-cultural, e a segunda é tida como corpo ou materialização da cidade, “capaz de determinar a vida humana em comunidade” (LAMAS, 2017, p. 22). Para esse autor, a associação entre ambas é uma condição para a própria existência de um lugar com um conteúdo.

Ao traçar a linha do que seria uma “habitacionalidade” com foco na edificação enquanto unidade integral, o PMCMV inscreve a HIS como uma entidade sem vida social, sinalizando um processo de elaboração tanto do projeto arquitetônico dos edifícios quanto da planificação urbana, sem o que pareceria ser indissociável, isto é, subtraídos os comportamentos, as apropriações e a própria utilização dos espaços pelas pessoas.

Voordt e Wegen (2013) discutem a forma arquitetônica e a qualidade de uma construção de modo interessante a uma concepção que articula conhecimento técnico e resultado esperado, a qual nos parece transcender à edificação como unidade. Identifica-se nesses autores que a qualidade funcional de uma edificação está associada à capacidade do próprio espaço em exercer as funções previstas a ele. Tais funções, definidas previamente, não necessariamente são estanques em si mesmas. O elemento simbólico constitutivo da própria cognição e vivência humana dá a forma flexível e dinâmica para a relação entre indivíduos e meio ambiente.

Nessa dinâmica de atribuição das funções do espaço, nota-se que tais interações e interesses homem-espaço podem ser alteradas ao longo do processo de construção ou mesmo dentro de um intervalo de tempo pós-edificação. Contudo, ao que compete à arquitetura, a

funcionalidade ainda segue um projeto já previsto, que inclui importantes elementos do contexto climático, cultural e econômico. Sendo assim,

pode-se definir a qualidade funcional da edificação como em que medida ela oferece um nível adequado de apoio às atividades desejadas, cria um clima interno agradável, tem significado simbólico ou cultural positivo e contribui para o retorno econômico favorável e uma proporção otimizada entre preço e desempenho. (VOORDT; WEGER, 2013, p. 11-12).

Quando executada, essa abordagem da qualidade incorporada a elementos não materiais da própria edificação traz à tona uma arquitetura da cidade que se refere à competência semântica *do e para* o local, dada pelo confronto entre projeto e obra, que vai evidenciar o processo em si como o ponto nodal do desenho de que estamos nos apropriando para refletir sobre a metodologia adotada dentro do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha.

A aproximação dos indivíduos e o desenho da vida urbana

No projeto de pesquisa da Rede FINEP sobre Moradia e Tecnologia Social, onde se situou o potencial reflexivo das HIS, dentro do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha (2005 a 2007), o conhecimento sobre espaço adquire um novo significado quando as propostas de requalificação urbana são delineadas por um projeto e pela própria construção, abraçando a população como um dos agentes para a ação de intervenção, não somente daqueles a quem se destinam as edificações e urbanizações, mas também de personagens ligados à produção dos materiais construtivos.

Num primeiro momento, a avaliação técnica da equipe responsável identificou alguns problemas sociais comuns a muitas áreas urbanas, tais como: falta de saneamento básico, excessiva ocupação do solo, má qualidade das edificações, precarização ou inexistência de estruturas de acessibilidade, inclusive ausência de equipamentos públicos e de serviços no bairro. (TOLEDO; NATIVIDADE; VRCIBRADIC, 2014).

Como metodologia de trabalho, vê-se um espaço dialogal dentro do projeto, o qual caracteriza uma forma própria de trabalho e de resultados, tendo a participação popular como unidade significativa para um planejamento democrático local. À especificidade desse trabalho, cabe ressaltar a percepção do espaço físico tanto quanto de elementos sociais, que se distingue por

prever ações, tanto de melhoria das edificações existentes, com a implantação e novas tipologias habitacionais, construindo com o desadensamento das áreas excessivamente ocupadas, criando espaços públicos, além de melhorar a acessibilidade e a mobilidade.

[...]

[e como resultado] criar unidades habitacionais flexíveis que permitem diversos arranjos em uma mesma edificação e unidades evolutivas que comportam, até mesmo, o aumento de área. (TOLEDO; NATIVIDADE; VRCIBRADIC, 2014, p. 18).

Quando estes autores falam de novas “tipologias habitacionais”, “diversos arranjos” e “unidades evolutivas”, dois pontos importantes precisam ser ressaltados: primeiro, a provocação construtiva para a inovação da indústria do PMCMV, que é sempre retomado como contraponto da linguagem do ambiente tornada desenho urbano e arquitetônico, e, segundo, o mergulho cultural na favela da Rocinha, por meio de uma constitutiva e efetiva participação dos moradores com seus saberes e composições familiares no processo.

A arquitetura modular, geralmente fixa e rígida, é considerada no escopo desse projeto de intervenção urbana com certa flexibilidade programática e construtiva, a qual permite uma variação na planta do edifício. Adotada como um modelo de construção e intervenção do espaço habitacional em diálogo com os espaços públicos, tal pré-condição oportuniza à população em condições de riscos uma reconfiguração não somente da unidade residencial, mas também de ambientes de convivência, com previsão de usos mistos das edificações (residência e comércio/serviço), uma vez considerando que a configuração social típica era de mais de uma família residindo em uma única massa de edificação, com três ou quatro pavimentos, afirmam os pesquisadores.

Do modo como o trabalho da equipe se deu, tornando-se linguagem, a estrita qualidade funcional das edificações é substituída por uma qualidade arquitetônica que atende a um sentido mais amplo, no qual se inscrevem fatores como proteção, eficiência econômica e comportamental, contexto esse que cultiva valores humanos, estética, valor cultural, aspecto histórico (quando no futuro), defendido por Voordt e Wegen (2013, p. 18) enquanto “síntese original, empolgante, eficiente e com uso eficaz dos recursos.”

Na prática, há uma interconexão entre múltiplos elementos técnicos, sociais, profissionais, culturais, econômicos, habitacionais, redimensionando uma proposta de projetar. O saber da comunidade subsidia a equipe de elementos narrativos, informacionais, experienciais e idealizáveis, como condição básica de uma intervenção urbana, com vistas ao programa de necessidades urbanísticas locais, tipos arquitetônicos e, posteriormente, permitindo testá-los em um gabarito digital quanto à sua adaptação à topografia do lugar e à

relação entre unidades habitacionais removidas e propostas, com números de edificações e pavimentos variados. Os saberes compartilhados nesse Plano Diretor Socioespacial configuram um projeto onde formas e conteúdos diversos não aparentam ser incompatibilizados ou radicados como pontos fixos para poderes, mas formas autoinfluenciadas.

Santos (2017) analisa o atual cenário brasileiro, no qual diferentes discursos e formas de participação democrática circulam, inclusive frente ao processo de globalização cada vez mais acelerado e intenso, e afirma:

ser cidadão de um país, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político. (SANTOS, 2017, p. 113).

Abordar a cidadania como relacionada a uma localidade é caro ao nosso propósito, em especial pela multiplicidade de fatores sociais que toca a população brasileira e a torna diversa em seu cotidiano, inclusive contextualizada numa forma conflitiva diante da lógica do mercado (capital).

Contextualizando a autoedificação e o desenho urbano da diversidade

Ao longo dos últimos 50 anos, a Rocinha passou de uma área de fazenda a uma complexa rede de sociabilidade e habitações autoedificadas, com um particular desenho urbano cuja organização dá-se por 25 “bairros” menores, afirma Kondrowska (2017), com perfil social contrastante com dois bairros nobres próximos, Gávea e São Conrado. Quanto à taxa de ocupação do solo, Toledo, Natividade e Vrcibradic (2014) relatam que, mesmo comparando a Rocinha com Copacabana, bairro com a maior adensamento populacional do Rio de Janeiro, o espaço social “favela” se sobressai, pois, na relação entre a projeção da edificação e a área do terreno, notam-se índices maiores, isto é, menos terreno livre dentro da unidade residencial.

Outro elemento de destaque nessa associação entre bairros com características parecidas poderia, além do próprio número de residentes e residências, dar-se pela reduzida área pública existente na paisagem urbana, entendida enquanto o somatório de áreas de ruas, passeios, praças e demais espaços livres no bairro; nesse caso, ao combinar esses dois aspectos, a favela compara-se quase que ao bairro de Santa Tereza, afirmam aqueles autores, porém,

estruturalmente, sem uma qualidade arquitetônico-urbanística, quando observado o reduzido somatório de áreas livres dentro dos lotes.

Assim, problemas de diferentes ordens reificam uma imagem crítica de habitabilidade na Rocinha, avolumando-se um estilo de vida que, principalmente pela baixa renda média dos moradores com 10 anos ou mais de residência, de R\$ 488,11, sinaliza para uma rede de solidariedade forçada frente à relação capitalista de compra e venda, a qual Maricato (1982) afirma ser o principal fator para as autoconstruções, ainda em 1970, quando analisou o contexto paulista.

O processo de modernização urbana no Brasil esteve fortemente alinhado ao desenvolvimento industrial, enquanto isso, a política manteve-se despreocupada quanto ao fluxo migratório e ao iminente crescimento desordenado das cidades, principalmente em regiões mais distantes. O contexto resultante desse padrão de investimento no urbano/social somado ao inchaço populacional das cidades propiciou o aparecimento das periferias urbanas, o qual

podemos caracterizar [...] como o assentamento da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se entende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio, sem equipamentos ou infraestrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares são insignificantes enquanto forma de uso do solo. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento [...] (MARICATO, 1982, p. 82-83).

Numa leitura comparativa entre o caso paulista da década de 1970 e a Rocinha dos anos 2000, mesmo que distantes no tempo e do espaço, estes mantêm uma relação a partir da qual podemos evidenciar a crescente autoedificação. Na visão de Maricato (1982), o termo correlato é autoconstrução, que, no caso, será considerado como variante, dada a similitude conceitual.

chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado (p. 73-74).

Em cenários onde a política social mantém-se ao largo, segundo esta mesma autora, há uma prevalente solidariedade entre moradores, objetivando a sobrevivência, de modo que parte da população trabalhadora tende a não somente ter que lidar com os problemas urbanos, mas com o próprio uso da força de trabalho pessoal com o objetivo de finalizar o espaço para residir. A jornada de trabalho daqueles que vivem em ambientes como esses estende-se sobre horários que teoricamente poderiam ser utilizados como descanso pelo trabalhador, mas atendem às

necessidades emergenciais ou de expropriação do mesmo a melhores condições. Há, nesse caso, uma configuração de *práxis* específica ao tipo urbano em questão, o qual é importante dentro da perspectiva de agir no ambiente, questão que será abordada mais adiante.

Por ora, percebe-se que a associação entre autoedificação e mercado, via baixo poder aquisitivo, denota um ocultamento do vínculo entre políticas sociais e mercadorias. Na estrutura morfológica do bairro, isso pode ser percebido quando da alocação de equipamentos urbanos de serviço e lazer, cujos beneficiários são os moradores na área, pois, conforme se discutem os problemas sociais onde também há *déficits* habitacionais, em um número significativo de nucleamentos urbanos, vê-se que

a questão da habitação, portanto, está relacionada também à saúde, do saneamento, da cultura, dos transportes etc., e que, por sua vez, estão relacionadas com a política salarial [...] [dado que] a habitação é depois da alimentação o componente que mais pesa no orçamento proletário. (MARICATO, 1983, p. 75).

A habitabilidade de autoedificações situadas em espaços urbanos não planejados, sem regularização fundiária ou desassistidos por equipamentos públicos diversos, pode ser facilmente comparada às reduzidas condições de meros abrigos, por terem um alto valor de uso, servindo às unidades familiares em condições mínimas, e, por vezes, ocupando todo o lote e até mesmo sendo compartilhados com outras unidades domiciliares. Na digressão histórica da arquitetura, esta apresenta uma forte associação com a caverna, que, segundo Pereira (2010), é uma transcendência da condição natural do próprio espaço que tem como função a edificação, tornando-se arquitetura, na qual há uma intervenção, inclusive com fins estéticos e práticos.

Aos olhos do autoedificador (tempo, recursos, estética e técnica), o saber construtivo é, na verdade, uma confiança inspirada, uma realidade possível para o lugar e para as pessoas que estão consigo, logo, diferencia-se de uma arquitetura erudita, na qual o saber-poder sistematizado profissionalmente dá-se como referência.

Ampliando a reflexão da unidade habitacional para a área habitacional, isto é, recobrando a morfologia espacial, um importante trabalho de Jacobs (2011) chama-nos a atenção quando aborda criticamente o planejamento urbano e/ou reurbanização de diferentes áreas pela lógica do mercado. Embora o tema já tenha sido anunciado, é por meio desta autora que conseguimos ver uma forma perversa de ocultamento das segregações, na medida em que monumentos são erigidos em determinadas localidades sem que outras questões da vida cotidiana e da vida íntima sejam levadas em consideração.

No urbanismo moderno, permeado pela crise da tentativa de controle total da cidade como um objeto finito (LAMAS, 2017), situa-se certa incapacidade de oferecer respostas positivas aos indivíduos que vivem em diferentes áreas da cidade, e isso não advém do que Jacobs (2011) denomina ser “oportunidades de aplicar a arte”, mas da utilização de concepções prévias que se pautam por comportamentos e aparências, em vez de observação do que seria a cidade real. Ao passo que diferentes projetos, bem sucedidos ou não, já foram executados no decorrer da história, em seus grandes laboratórios, as próprias cidades existentes, segundo a mesma autora, uma visão urbana fundamentada no econômico ou no deslocamento (de veículos) denota um projeto inviável para o urbano; em oposição, declara:

A maneira de decifrar [the way to get at what goes on] o que ocorre no comportamento aparente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o significado e ver se surgem explicações entre eles. (JACOBS, 2011, p. 12-13).

Desse modo, tanto a habitação se confunde com o urbano, como um tema amplo e complexo, envolvendo diferentes áreas que à política social toca levar adiante, e cujo profissional envolvido precisa ver o trabalho de outra perspectiva, mais próxima do usuário de seu produto. No Plano Diretor Socioespacial da Rocinha, nota-se que a equipe acaba propondo intervenções que recobrem saúde, esporte, lazer, meio ambiente, educação e desenvolvimento social e econômico, tendo como aliada a comunidade em questão e de modo diferente do convencional, com o escritório sendo dentro da favela:

Entender a complexidade de uma favela do tamanho da Rocinha, com uma população de mais de cem mil habitantes, não teria sido possível sem o permanente diálogo com a população e sem a equipe, convivendo com o dia a dia da comunidade, adquire-se uma nova maneira de olhar os problemas e potencialidades existentes, olhar que identificou os componentes da equipe como técnicos e pessoas. (TOLEDO; NATIVIDADE; VRCIBRADIC, 2014, p. 29).

O pressuposto admitido passa a ser uma diversidade de usos mais complexa e densa, que não se restringe a um decifrar, mas em vislumbres de “futuros” a partir da condição latente do local. Portanto, a recuperação de uma área faz-se como um trabalho interpretativo com vista a “adquirir as virtudes de uma estrutura urbana sadia”, afirma Jacobs (2011: 439), isto é, não uma estrutura universalizante na qual o indivíduo apenas é colocado, mas lugares em que “os moradores neles permaneçam por livre escolha” (p. 349).

Em favor de um processo de desconstrução do que a autora denomina ser a monotonia da cidade, discutida por ela no contexto novaiorquino, Jacobs (2011) sinaliza que o espaço urbano como projeto viável precisa incorporar intervenções que fomentem a diversidade, cujas condições indispensáveis são: 1) trânsito de pessoas em horários diferenciados e por motivos diferentes; 2) oportunidades de virar a esquina, isto é, quadras curtas; 3) combinação de edifícios de idades e estados de conservação variados; 4) alta densidade de pessoas, inclusive daquelas que residam no local. Tal ponto de vista é passível de consideração neste trabalho por situar-se de modo claro nos problemas sociais de recuperação de uma área habitacional de baixa renda, que envolve o planejamento como ponto nodal da vitalidade e eficiência para a Rocinha.

O planejamento de revitalização em sua forma e conteúdo

Os apontamentos feitos até agora sobre a proposta para a Rocinha e o valor da revitalização, bem como de problemas urbanos, relevantes ao caso, precisam ser situados em conjunto como elementos que não podem fugir à questão da urbanização e do plano diretor de uma área, que, no caso, é compreendido amplamente como um documento político. Sendo este uma referência para a própria gestão do espaço, Kondrowska (2017, p. 143) afirma que ele tem como função “estabelecer princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para o crescimento urbano.”

As características locais, portanto, como um grupo de fatores que influenciam a definição da forma arquitetônica, não apenas se antepõem aos projetos urbanos em si, mas, quando colocadas diante dos padrões de edificações, indicam um rumo para o próprio plano diretor a ser elaborado. Nesse sentido, Toledo, Natividade e Vrcibradic (2014) criticam o modelo de HIS dentro do PMCMV, por perceberem a fragilidade dos projetos, dado o reducionismo quanto aos fatores que se alinham à moda, tempo de construção, características do local, ou seja, atendendo apenas a aspectos jurídicos e econômicos locais.

A percepção de forma e função como interdependentes numa complexa relação aponta para uma obtenção das qualidades funcional e arquitetônica das edificações, as quais perpassam especificidades que tornam não somente as cidades diferentes entre si, mas diversas, equilibrando o binômio *forma e função*, numa perspectiva que Ingold (2002) denominaria de sinérgica. Como uma interface de *práxis* e conhecimento, esta seria uma aposta teórica na qual as informações presentes no ambiente são tanto ecológicas, no sentido de não dicotômicas,

quanto fenomenológicas, resultantes de um processo em vez de uma representação mental (ou técnica), com o qual se trabalha (INGOLD, 2002).

O aporte que sustenta essa concepção está numa relação entre natureza e cultura em diferentes percepções de mundo, na articulação de saberes e fazeres, a ponto de termos um cenário relacional cuja apreensão do próprio sentido de “estar” foge a uma racionalidade, técnica ou científica estrita.

Nesse sentido, as reuniões feitas pela equipe têm um importante papel para o próprio projeto, uma expressão de significados em processo de significação com o engajamento de personagens diversos, com aspirações de uma paisagem local que se “põem na mesa de negociação”, uma espécie de jogo sobre o espaço ocupado cujas regras e condições vão sendo desenhadas. Vista enquanto uma metodologia flexível, a participação dos moradores inspira não somente uma revisão política de um programa, mas traz para dentro do projeto uma estratégia vivencial da equipe responsável por coordenar a elaboração do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha, como demonstração de um urbano como teia de significados.

Observado como um novo conteúdo resultante da colaboração ativa dos presentes, o encontro visto pela ótica do fenômeno permite uma associação *sui generis* entre indivíduos, conhecimentos, vivências, habilidades e, também, mudanças dos envolvidos, já que, na gênese humana, poderíamos identificar que

[...] o conhecimento do mundo é obtido através da mudança interna em curso, explorando-o, atentando-se para si, sempre alerta aos sinais pelos quais é revelado. Aprender a ver, então, não é uma questão de adquirir esquemas para construir mentalmente o ambiente, mas a aquisição de habilidades para o envolvimento dos constituintes [...] um processo não de enculturação, mas de produção da própria habilidade (INGOLD, 1996, p. 141-142, tradução nossa).

A reconstrução do que seria uma propriedade material desse tipo de encontro para uma ação urbana, no qual acontece uma imersão e sujeitos no mundo da experiência, também pode ser vista em Magnani (2002), ao desenvolver uma etnografia sobre o fenômeno urbano, em especial sobre as atuais formas de sociabilidade de grandes cidades e a dinâmica cultural, para a qual propõe uma redefinição de conceitos a respeito da organização dos espaços, defendendo a aproximação entre pesquisador – que, no caso, poderíamos relacionar com os técnicos e arquitetos-urbanistas do projeto da Rocinha – e comunidade local, como algo “de dentro e de perto”. Em sua discussão, o valor da perspectiva proximal contrapõe-se ao distanciamento e primazia da racionalidade, que é comum ao pensamento científico, que tenderia a identificar no

urbano apenas elementos macroestruturais, cuja análise diagnóstica está para aspectos desagregadores, de problema e caos social em uma área urbana, ou, ainda, na ênfase ao que é resultante de saltos tecnológicos que sinalizam a obsolescência da forma urbana, da comunicação e da sociabilidade anterior.

Em busca de novos olhares, o autor questiona o distanciamento dos moradores em processos decisórios, como se eles não fossem constitutivos ao local e constituídos por eles, apenas lembrados em momentos performáticos sem sua validação dinâmica.

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem e, quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. [...]. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002, p. 15).

Os indivíduos não podem ser vistos como alheios ao processo de elaboração de um projeto de HIS, para o qual se propõe uma revisão da dicotomia entre esse e o ambiente, considera-se o valor de presença não somente dos moradores locais, mas também daqueles que passam a compor o cenário com seu saber técnico. Nesse sentido, recuperamos aqui rapidamente a estrutura de trabalho da equipe responsável pelo Plano Diretor Socioespacial, a partir do qual identificamos a relação inicial entre forma e conteúdo, que se baseia no agir no ambiente, sustentando o pensamento ingoldiano de conhecimento, percepção e *praxis* interdependentes.

Do escritório montado dentro da favela, situado na Estrada da Gávea, 487, partiram algumas ações de incorporação da comunidade local também no processo, as quais foram realizadas antes do início dos trabalhos oficiais da equipe, como forma de provocação ao Governo do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que a proposta do arquiteto Toledo para a Rocinha perpassa uma relação de trabalho voluntário iniciada anteriormente à contratação dos serviços, enfatizada pelo diálogo com a população local já na fase do que foi o projeto apresentado dentro do Concurso Público Nacional de Ideias para Urbanização do Complexo da Rocinha, organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil-RJ (IAB-RJ).

A mobilização feita pelo arquiteto é recontada por Kondrowska (2017), da seguinte forma:

mesmo não sendo contratado, realizava uma série de reuniões semanais, audiências públicas, conferências, seminários com moradores da Rocinha em vários lugares, como o pátio da Capela Nossa Senhora da Boa Viagem, na Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha e ainda em escolas, creches e associações de moradores, onde, em grupos menores, discutiam-se os problemas de cada vizinhança (até mesmo com crianças). (KONDROWSKA, 2017 p. 95).

Uma vez iniciados os trabalhos oficialmente, com a contratação feita pelo Governo do Rio de Janeiro, o papel da instalação do escritório na Rocinha e a participação de jovens da comunidade nos trabalhos, inclusive havendo a abertura desse espaço para receber sugestões dos moradores, vem à luz uma forma (de trabalho) que incorpora o conteúdo (ambiente). A pesquisa urbanística dentro do bairro, do modo como fora realizada, aponta para uma prática que é experimentada e reconhecida pelos atores sociais locais, bem como identificada pelos profissionais, numa relação de inteligibilidade entre ambos como seres-no-mundo.

Partindo dessa concepção de situacionalidade e de um repertório dos moradores locais enquanto componentes de conteúdos de informação, que são passíveis de estruturação de conhecimentos e significações, identificamos que o trabalho executado durante a elaboração do plano diretor sustenta uma relação entre natureza e cultura, na qual o indivíduo que percebe o mundo só o faz porque seu aprendizado se dá no próprio mundo em que está. Esta é a base da defesa ingoldiana, ao discutir a percepção do meio ambiente, a qual inclui elementos humanos e não-humanos como uma aproximação entre natureza e humanidade, engajamento e prática.

O conhecimento do mundo é obtido pelo movimento dentro dele, a exploração, a atenção, os alertas aos sinais revelados por ele. O aprendizado, então, não se dá por uma aquisição esquematizada de uma construção mental do ambiente, mas pela aquisição de habilidades de percepção diretamente engajada com os elementos constitutivos [...] um processo de habilitação e não de enculturação. (INGOLD, 1996, p. 141-142).

Aliás, ao admitir a diversidade de elementos constitutivos de uma localidade, na abordagem feita por esse autor, as diferenças de bagagens culturais que levam os indivíduos a perceberem o mundo de diferentes modos, segundo o relativismo antropológico, devem-se a quadros alternativos de crenças ou esquemas de representação, sobre os quais a perspectiva da habitação se funda, isto é, numa premissa distante de formas ideais preexistentes, assumindo que “(...) as formas como os seres humanos constroem, seja na imaginação ou no chão, surgem dentro das correntes da atividade na qual estão envolvidos, nos contextos relacionais específicos dos seus compromissos práticos com seus arredores.” (INGOLD, 2015, n. p.).

Se assim considerássemos a experiência do projeto na Rocinha, teríamos que admitir, ao final, que o vínculo estabelecido se sustenta por meio de padrões de processos anteriores, isto é, a linha que separa a equipe da comunidade é muito tênue, atendendo apenas às necessidades pragmáticas da elaboração de um documento.

Embora ocupando o mesmo espaço, a citada fragilidade estrutural representa um processo apenas do que Ingold (2002) atribui ser de codificação e decodificação, que pode ser atribuída à perspectiva antropológica levistraussiana de conexão entre mente e ambiente, ou seja:

o observador pode obter conhecimento do mundo apenas em virtude da passagem da informação através dos limites entre fora e dentro, envolvendo sucessivos passos de codificação e decodificação pelos órgãos dos sentidos e o cérebro, resultado de uma representação mental interna. (INGOLD, 2002, p. 18).

Na linha interpretativa adotada, os cidadãos e seus conhecimentos não configuram uma estrutura externa, apenas ainda não vivenciada pelos projetistas. Na medida em que se admite uma instalação e a manutenção do escritório no local como constitutivo ao processo, no sistema de relações, é possível substanciar um tipo de envolvimento multissensorial de percepção do ambiente no ambiente, cuja inserção do profissional no local constitui um elemento ao conteúdo que posteriormente se transformará em um projeto de HIS qualificável, no que se refere à qualidade arquitetônica.

Esse tipo de propositura encontra no viver produtivo (a própria ação) uma modificação disruptiva do processo dialógico dentro da e com a comunidade por meio de uma admissão de que a imagem de outra Rocinha e o resultado (ou objeto da intervenção e requalificação do espaço), ou até mesmo o projeto urbanístico elaborado pela equipe de profissionais, gere uso pleno pelos residentes locais, que, na visão ingoldiana, são condição um do outro. O autor recupera em Marx, de *O Capital*, a relação entre os agentes e seus resultados retroalimentadores das modificações endógenas, como ligeiro diferente de si mesmo.

Tomado nesse sentido, separar o Plano Diretor Socioespacial da Rocinha em partes que “contribuem” com o observar de uma existencialidade não finalística e transitiva da relação promove o contrário de uma primazia produtiva em que

produtores, tanto humanos quanto não humanos, não tanto transformam o mundo, imprimindo seus projetos preconcebidos sobre o substrato material da natureza, quanto fazem a sua parte desde dentro na transformação de si mesmo do mundo. (INGOLD, 2015, n. p.).

A relação orgânica ingoldiana entre indivíduo(s) e ambiente, portanto, tem como pano de fundo a perspectiva de Bateson, diferentemente de Lévi-Strauss, pois este admite que “a informação somente existe graças ao movimento do observador em relação ao seu redor” (INGOLD, 2002, p. 18). A convivência de todos os agentes do projeto na própria Rocinha alimenta um tipo de vida orgânica, de reciprocidade, isto é, uma forma ativa e não reativa dos seres humanos, cujo ser emerge do campo das relações como desdobramentos criativos, assumindo formas particulares, cada um em relação ao outro, bem como as propostas de edificações, desconectando-se do Plano Diretor como uma entidade integral e isolada, transplante de uma realidade abjeta à experimentação, pista da vida, cujo significado é ser humano.

Numa perspectiva econômico-social da própria Rocinha, caracterizada como favela e próxima a áreas melhor urbanizadas e com concentração de renda mais alta, questão essa já apresentada, os “pequenos corredores sem ventilação”, quando percorridos pelas equipes, apresentam-se como pistas de um pragmatismo insurgente que, de modo análogo à reprodução social da sobrevivência Santos (2017), deixa claro que o pragmatismo está associado à emoção, ou seja, o ser só o é porque está vivendo no mundo. Assim, a forma de organização das unidades habitacionais na Rocinha e a expressão da vida cotidiana dada pela vivência e por outros fatores “autogestionáveis” à condição de vida no morro configuram um *ethos* não apenas de uma forma de vida, mas de autoconstrução de edificações fora de padrões arquitetônicos, que são pistas para os novos observadores do local.

Um processo diferenciado como esse rompe com a concepção de uma linguagem de saber-poder ao tratar das irracionalidades constitutivas da vida cotidiana e da não erudição arquitetônica por meio de uma flexibilização e imersão profissional no processo, o qual permite a ampliação da consciência (SANTOS, 2017), quando o mundo é revelado a partir das experiências (toque, sabor, cheiro, som). Como afirma Ingold (2002), sobre o decurso da aprendizagem:

colocados em situação específica, os novatos são instruídos a sentir as coisas, saboreá-las ou ficar atentos a elas. Por meio deste refinamento das habilidades de percepção, os significados imanentes no ambiente, isto é, nos contextos relacionais do observador envolvido pelo mundo, não são tão construídos como descobertos. (INGOLD, 2002, p. 22).

Desse modo, a proposta de estar dentro da favela carrega em si mesma um sentido de descobrir os significados que permeiam o lugar, e não a decodificação dele, pela copresença,

na aproximação que se dá para além da metodologia de mobilização de participação popular nas palestras, conferências e fóruns, até mesmo pela experiência de transferências de tecnologia construtiva que fora proposta para o projeto, que Toledo, Natividade e Vrcibradic (2014) acreditam ter sido exitosas enquanto metodologia, com destaque à presença da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (AMABB), Associação de Moradores do Laboriaux (LABORIAUX) e a Associação dos Moradores de São Conrado (AMASCO).

A articulação dos agentes nesse contexto permite-nos reafirmar que existe um paralelismo entre o projeto de modo integral e a pragmática de Santos (2017), quando se observa que as tipologias das edificações apresentadas alinham-se à comunidade local por sua variação nas unidades habitacionais em uma única estrutura, a redução no déficit social habitacional, um processo de capacitação proposto ao estilo industrial moderno, formação de mão-de-obra, como ecologia senciante, isto é, baseada no sentimento, “consiste em habilidades e orientações que são desenvolvidas ao longo da experiência de conduzir a vida num ambiente particular” (SANTOS, 2017, p. 25).

As intuições advindas do contexto, repousadas sobre as percepções dos indivíduos no ambiente histórico específico, apresentam-se na forma de um fortalecimento da identidade social do espaço, meio pelo qual o fenômeno plano diretor desvela um tipo de produção de transformação, não do muno material, mas dos “si mesmos no mundo”, como defenderia Ingold (2015), ao reconstruir o sentido da história enquanto um fato humano. Na medida em que as ações humanas estabelecem condições não apenas para outros humanos, mas também para os não humanos, argumenta o mesmo autor, reforçando que o social não é divisível, separado, mas orgânico. Portanto, uma questão de intersubjetividade, qualificada pelos participantes de um ambiente compartilhado e envolvidos no processo, permite um registro de um “habitar” pelas experiências (conteúdos) em formas (HIS).

De modo análogo à Rocinha, seria possível afirmar que a intervenção urbanística na região de Mãe Luiz, Natal-RN, relatada por Bezerra Junior (2017), também aporta o significado da imersão no mundo da vida para o trabalho urbanístico.

Nas unidades habitacionais, a identidade social é refletida através das estratégias de flexibilidade e adaptabilidade do espaço construído, atendendo inteiramente às necessidades dos diferentes tipos de usuários, assim como através da ideia de filigrana, relação de corpos sólidos, com as edificações ocupando o solo, correlacionando com a fixação ao território, de identidade com a terra, com o lugar, fator significativo para o sucesso de programas habitacionais e relação direta com o conceito do projeto. (BEZERRA JUNIOR, 2017, p.133).

Os conceitos construtivos subjacentes a um programa de necessidades que adquirem consistência apenas quando o ambiente não se dissocia do indivíduo, mas estão intrinsecamente forjados, a eficiência construtiva discutida por Voordt e Weger (2013) também é reformulada. No caso da Rocinha, a ausência de espaços para a demarcação de um grande canteiro de obras provoca o desenvolvimento de uma proposta de edificação na lógica de uma montadora, e não para a HIS, com a inserção de uma condicionante ao processo, “a utilização de componentes existentes no mercado ou que venham a ser fabricados para atender ao sistema proposto” (TOLEDO; NATIVIDADE; VRCIBRADIC, 2014, p. 19). Nos espaços passíveis de alocação do canteiro, “devem ser reservados espaços para os fornecedores dos componentes industrializados durante o período em que estes estiverem sendo aplicados e para as atividades de transferência tecnológica e capacitação de mão de obra.” (TOLEDO; NATIVIDADE; VRCIBRADIC, 2014, p. 69).

Em uma perspectiva mais ecológica sobre processo e produto no cenário da “indústria civil”, é interessante assumir que “os elementos estruturais deveriam ser projetados com habilidade para permitir uma variedade infinita de formas, das quais os moradores pudessem escolher as mais adequadas” (HABRAKEN, 1961 *apud* VOORDT; WEGER, 2013, p. 42), reforçando condições de possibilidades de um trabalho humano alinhado a uma realização produtiva, e não a uma atribuição recebida, que também pode ser dita, na perspectiva do habitar, como um processo e *trabalhar com* em vez de apenas produzir algo (INGOLD, 2015), a descrição de Cardoso (2016) sobre esse tipo de imersão ingoldiana bem escrita seria:

A textura do mundo, onde a vida se dá nos movimentos e caminhadas, se estruturaria não como natureza objetiva, nem mesmo como uma rede (*network*) ou uma assembleia, mas como uma malha relacional (*meshwork*) fruto da correspondência entre os movimentos das linhas de vida ao longo dos caminhos por quais andarilham e se transformam: uma ontologia materialista do devir. (CARDOSO, 2016, p. 244).

Desse modo, a flexibilização e a acomodação funcional, num processo de negociação, parecem atender às especificidades dos usuários da Rocinha, onde o conhecimento técnico é relativizado, assim como sua prerrogativa deixa de ser a do profissional. Assim, mesmo tendendo a uma neutralidade construtiva, cujas funções podem ser indefinidas e reescritas após a finalização, constituindo uma individualização infinita das unidades habitacionais, deve-se atentar para o próprio processo, cujo papel do arquiteto e da comunidade local são reescritos pelo contato e atravessamento entre ambos. O conhecimento resultante seria a vida-mundo,

fechando um ciclo como unidade associativa da consciência com os aspectos do mundo, dito de outra maneira, um posicionamento de indivíduos (arquiteto e morador) no ambiente (localidade geográfica e condições construtivas) e forma criativa e incorporadora de habilidades.

Um passo a mais, sem finalizar

No que tange à ação do arquiteto dentro do contexto, Toledo parece valer-se de uma perspectiva do regionalismo crítico, na qual os projetos são situados numa identidade e no potencial do terreno. Desvinculada de uma nostalgia a uma arquitetura tradicional, vê-se envolvida pela formação de um capital social, quando observadas as ponderações construtivas, baseadas no sistema de montagem, como uma concepção arquitetônica sustentada pelo senso de lugar, de natureza, de artesanato e limite, marcante do que Voordt e Wegen (2013, p. 45) afirmam ser uma “tentativa de aplicar elementos locais de maneira nova e diferente, sem associações sentimentais”, do que está sem qualquer possibilidade de mudança.

A proposta modular e a criação de tipos de edificação que concentram espaços de uso misto, a interligação entre lugares por entre os prédios e a flexibilidade nos tamanhos das unidades habitacionais convergem para uma aproximação de “conhecimento” com “pertencimento” e “emoções”, cujas implicações visíveis ao próprio processo são as variantes tecnológicas/habitacionais para o lugar. Assim, distingue-se o plano de uma arquitetura tradicional ou neorracionalista, que considera o contexto numa proposta de sustentar disposições consagradas, seguras, calmas, rejeitando a artificialidade e também a pretensão (KELBAUGH, 1997 *apud* VOORDT; WEGER, 2013) ou uso de elementos históricos com materiais duráveis, significantes para uma beleza especial (ROSSI, 1982).

Nesta linha, a forma não só estaria associada à função e à construção, mas principalmente ao processo, isto é, à “verdade” da proposição, não se dando pelo julgamento técnico, tampouco pela experiência, senão pelo entendimento dos significados no contexto situado, onde a informação relevante dá-se pelas pistas do entorno, percebidas, geradas e mantidas durante o que denominados de “ecológico”. Por sua vez, o termo “ecológico”, expresso também como saber processual, aproxima-se da defesa do saber ecológico de Santos (2007).

Para esse autor, o ecológico pode ser compreendido enquanto: 1) desconstrução de uma monocultura do saber científico, a partir do diálogo com outros saberes, contra a hierarquia

abstrata do conhecimento; 2) admissão de formas diferenciadas de temporalidades, opondo-se à racionalidade metonímica, única, reducionista; 3) aceitação do reconhecimento entre os indivíduos e percepção das diferenças somente após a supressão das hierarquias; 4) trabalho transescalar, articulado entre níveis local, nacional e global; 5) reconhecimento de sistemas alternativos de produção. Concebida como forma transgressora à racionalidade atual, vê-se então que a *razão proléptica* desse autor, que subsidia um futuro “contraído” e o presente “expandido”, impulsiona-nos para ações de nível micro e estritamente individualizadas; contextualizadas radicalmente nas experiências para um futuro pessoal.

Desse modo, pensar “outro” indivíduo e “outro” ambiente denota uma proposta até contra-hegemônica do saber (e da política), cuja experiência de um novo cenário para a Rocinha valida um sistema representativo e de prestação de contas diverso, no qual o estar no mundo é intrínseco à percepção, visto que um projeto urbanístico que se ancora numa perspectiva de integrar os personagens caminha sobre a perspectiva da habitação, defendida por Ingold (2015, n. p.) como um “demonstrar que organismo-e-meio-ambiente e ser-no-mundo oferecem pontos de partida para o nosso entendimento, que são ontologicamente equivalentes e, dessa maneira, unir as abordagens da ecologia e da fenomenologia dentro de um único paradigma.”

A prática vista não como uma análise das relações humanas que não são dadas pelo pensamento projetual preexistente em si, mas no engajamento, de modo que o “processo de aquisição de conhecimento deva ser entendido como produto da ação e da vivência dos indivíduos no ambiente” (PRADO; MURRIETA, 2017, p. 841), as pistas e caminhos interpretativos propostos ao longo deste artigo, transpostos para o arquitetar a cidade, numa discussão sobre cidades criativas, na perspectiva de Wills (2011), podem ser vista como pragmáticas, posto que

a inovação não precisa ser meramente fruto do acaso – que toda empresa, toda comunidade é capaz de desenhar e gerir um processo de inovação que leve à concretização de ideias, à resolução de problemas e ao engajamento real dos participantes, independentemente de seu histórico ou de sua área de atuação. (WILLS, 2011, p. 122).

A defesa é, portanto, da integração de agentes sociais, políticos e econômicos, como conteúdos de uma forma urbana, potencializadora e criativa para a própria comunidade envolvida, um caminho para novas relações. Considerando que “a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente” (SANTOS, 2017, p. 113), retomando o diálogo com Toledo, Natividade e Vrcibradic (2014) sobre o fim do projeto, é

possível fazer não somente uma crítica à não efetivação do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha, apenas situarmos esta experiência no campo da luta e do engajamento social pró-Rocinha, no qual os direitos à urbanização do espaço com a “cara do povo” são apropriados como uma bandeira, numa sistemática reversa à lógica do jogo, isto é, das HIS que dispensam as complexas pistas advindas tanto dos problemas quanto das potencialidades sinérgicas entre forma e conteúdo, indivíduo e ambiente.

Sem que esta seja uma única saída, mas uma alternativa viável e crítica ao modelo atualmente adotado, a expressão de inteligência coletiva que referencia o plano, permite ao profissional envolvido uma alteração de sua percepção sobre a forma de situar seu conhecimento técnico, fomentada pela catarse da experiência, ao mesmo tempo em que as regras para o jogo urbanístico também o são, atendendo a um “ato de atenção” aos residentes, diria Ingold (2002), para além de atender à função social, requalificação do espaço urbano, o combate à alta taxa de ocupação do solo, melhoramento da estrutura de mobilidade e disponibilização de mais espaços públicos.

Referências

- BEZERRA JUNIOR, Francisco da Rocha. Habitação de Interesse Social, conceito e projeto: uma proposta para Mãe Luiza/Natal-RN. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 2, n. 1, abril 2017.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2a. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. **Lei Federal n. 11.977**, de 7 de julho de 2009. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11977-7-julho-2009-589206-norma-Atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2021.
- CARDOSO, Tiago Mota. Por uma antropologia imersa na vida. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 21, 2016, p. 241-250.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015. Edição do Kindle.
- INGOLD, Tim. Hunting and gathering as ways of perceiving the environment. In: Ellen, Roy F.; Fukui, Katsuyoshi (Ed.). **Redefining nature: ecology, culture and domestication**. London: Berg, 1996, p. 117-155.
- INGOLD, Tim. **The perceptions of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2002.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- KELBAUGH, D. **Common place**. Toward neighbourhood and regional design. Seattle: University of Washington Press, 1985.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De dentro e de perto: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002, p. 11-29.
- MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1982.
- PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à História da Arquitetura: das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- PRADO, Helbert Medeiros; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. A experiência do conhecimento em Tim Ingold e as etnociências: reflexões a partir de um estudo de caso etnoecológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 839-853, set.-dez. 2017.
- ROSSI, A. **The architecture of the city**. Cambridge: MIT Press, 1982.
- SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2017.

TOLEDO, Luiz C; NATIVIDADE, Verônica; VRCIBRADIC, Petar. **Repensando as habitações de interesse social.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

VOORDT, Theo M. van der; WEGEN, Herman B. R. van. **Arquitetura sob o olhar do usuário.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WILL, Anamaria. Cidades criativas – construindo sobre o que já aprendemos. In: REIS, Ana Carla Fonseca, KAGEYAMA, Peter (Orgs.) **Cidades criativas:** perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, p. 116-123.

Recebido em 01 de junho de 2021 | Aceito em 05 de agosto de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional